

AS PROPOSTAS DO BANCO MUNDIAL PARA A ESCOLA PÚBLICA E SUA INFLUÊNCIA NA POLÍTICA BRASILEIRA (2016-2018)

THE WORLD BANK'S PROPOSALS FOR PUBLIC SCHOOLS AND THEIR INFLUENCE ON BRAZILIAN POLITICS (2016-2018)

LAS PROPUESTAS DEL BANCO MUNDIAL PARA LAS ESCUELAS PÚBLICAS Y SU INFLUENCIA EN LA POLÍTICA BRASILEÑA (2016-2018)

Fernanda Franz Willers¹

<https://orcid.org/0000-0002-6993-4878>

Camila Caracelli Scherma²

<https://orcid.org/0000-0002-3927-8603>

RESUMO: Este artigo se propõe a compreender as demandas de agentes hegemônicos globais – em especial o Banco Mundial – na esfera educacional brasileira, bem como a influência dessas propostas na política brasileira no período de 2016 a 2018. Para tanto, os documentos analisados são: “Um Ajuste Justo: análise da eficiência e equidade no gasto público no Brasil” (produzido pelo Banco Mundial – 2017); “A Travessia: Uma ponte para o futuro” (lançado pelo (P)MDB – 2016); e “O Caminho da Prosperidade” (proposta de plano de governo de Jair Bolsonaro). Pelo viés dos estudos discursivos embasados no pensamento do Círculo Bakhtiniano e utilizando o cotejamento como percurso metodológico, no estudo dos documentos são tratados os seguintes pontos: 1) caracterização da situação brasileira no que se refere a aspectos políticos, econômicos e sociais; 2) lugar que a educação ocupa no projeto de sociedade defendido; 3) propostas de agenda para esfera educacional, em particular para a escola pública. Nas considerações finais, o cotejamento dos documentos faz emergir uma espécie de coesão discursiva entre as demandas do Banco Mundial, o documento produzido pelo partido de Michel Temer e propostas da candidatura presidencial de Jair Bolsonaro, mostrando o caminho das ideologias da política neoliberal de forma articulada na materialidade da palavra e se constituindo como uma força hegemônica na esfera educacional brasileira.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Discurso e Ideologias. Escola Pública. Agentes hegemônicos globais.

1 Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal da Fronteira Sul. Foi bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC. É membro do Laboratório bakhtiniano de estudos do discurso, das expressões artísticas e da educação. E-mail: ferwillers@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6993-4878>.

2 Doutora em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. É professora de Língua Portuguesa e Linguística e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da UFFS. É membro do Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso (GEGe) e coordena o Laboratório bakhtiniano de estudos do discurso, das expressões artísticas e da educação. E-mail: camila.scherma@uffs.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3927-8603>.

Abstract: This article proposes to understand the demands of global hegemonic agents - in particular the World Bank - in the Brazilian educational sphere, as well as the influence of these proposals on Brazilian politics in the period from 2016 to 2018. To this end, the documents analyzed are: "A Fair Adjustment: analysis of efficiency and equity in public spending in Brazil" (produced by the World Bank - 2017); "The Crossing: a bridge to the future" (released by the (P)MDB - 2016); and "The Path to Prosperity" (proposed government plan of Jair Bolsonaro). Through the approach of discourse studies based on the thought of the Bakhtinian Circle and using collation as a methodological path, the study of documents addresses the following points: 1) characterization of the Brazilian situation with regard to political, economic and social aspects; 2) place that education occupies in the project of society advocated; 3) agenda proposals for the educational sphere, in particular for public schools. In the final considerations, the collation of the documents brings out a kind of discursive cohesion between the demands of the World Bank, the document produced by the party of Michel Temer and proposals of the presidential candidacy of Jair Bolsonaro, showing the path of the ideologies of neoliberal politics articulated in the materiality of the word and constituting itself as a hegemonic force in the Brazilian educational sphere.

Keywords: Educational Policies. Discourse and Ideologies. Public School. Global hegemonic agents.

Resumen. Este artículo se propone entender las demandas de los agentes hegemónicos globales -en particular el Banco Mundial- en el ámbito educativo brasileño, así como la influencia de estas propuestas en la política brasileña en el período de 2016 a 2018. Para ello, los documentos analizados son: "Em ajuste justo: análisis de la ideologías y la ideología en el gasto público em Brasil" (elaborado por el Banco Mundial - 2017); "A Travessia: Em ponte hacia el futuro" (publicado por el (P)MDB - 2016); y "El ideólogo de la ideologías" (propuesta de plan de ideología de Jair Bolsonaro). Por el sesgo de los ideólogos del discurso basados en el ideologías del Círculo Bakhtiniano y utilizando el cotejo como vía metodológica, en el ideólogo de los documentos se abordan los siguientes puntos: 1) caracterización de la situación brasileña en cuanto a los aspectos políticos, económicos y sociales; 2) lugar que ocupa la educación en el proyecto de ideología preconizado; 3) propuestas de agenda para la esfera educativa, en particular para la escuela pública. En las consideraciones finales, el cotejo de los documentos hace emerger un ideólogo de cohesión discursiva entre las demandas del Banco Mundial, el documento producido por el partido de Michel Temer y las propuestas de la candidatura presidencial de Jair Bolsonaro, mostrando el recorrido de las ideologías de la política neoliberal articulada en la ideologías de la palabra y constituyéndose como fuerza hegemónica en el ámbito educativo brasileño.

Palabras clave: Políticas educativas. Discurso e Ideologías. Escuela pública. Agentes hegemónicos globales

INTRODUÇÃO: CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA O ESTUDO DA AGENDA NEOLIBERAL PARA A POLÍTICA EDUCACIONAL

Sob a orientação teórica de Bakhtin e do chamado Círculo Bakhtiniano³, este trabalho se propõe a cotejar o conteúdo do documento *Um Ajuste Justo: análise da eficiência e equidade no gasto público no Brasil*, produzido pelo Banco Mundial em 2017, especialmente o tópico relacionado à educação, com os diagnósticos e propostas vinculados à

3 "Trata-se de um grupo de intelectuais (boa parte nascida por volta da metade da década de 1890) que se reuniu regularmente de 1919 a 1929, primeiro em Nevel e Vitebsk e, depois, em São Petersburgo (à época rebatizada de Leningrado). Era constituído por pessoas de diversas formações, interesses intelectuais e atuações profissionais (um grupo multidisciplinar, portanto), incluindo, entre vários outros, o filósofo Matvei I. Kagan, o biólogo Ivan I. Kanaev, a pianista Maria V. Yundina, o professor e estudioso de literatura Lev V. Pumpianski e (...) Mikhail M. Bakhtin, Valentin N. Voloshinov e Pavel N. Medvedev (FARACO, 2009, p.13).

esfera educacional, apresentados por dois documentos que tiveram grande repercussão no debate político nacional: *A Travessia: Uma ponte para o futuro*, documento lançado pelo (P)MDB em meados de 2016, poucos meses antes do impeachment da presidenta Dilma Rousseff; e *O Caminho da Prosperidade*, proposta de plano de governo de Jair Bolsonaro, candidatura presidencial que foi vitoriosa nas eleições de 2018.

O cotejamento enquanto caminho metodológico, proposto a partir das discussões feitas pelo Círculo Bakhtiniano, parte da compreensão de que “os enunciados não são diferentes entre si e nem se bastam cada um em si mesmo; uns conhecem os outros e se refletem mutuamente uns nos outros. Esses reflexos mútuos lhe determinam o caráter” (BAKHTIN, 2011, p. 297). Sendo assim, os sentidos dos enunciados só podem ser compreendidos a partir do contexto histórico e social onde estão inseridos, na relação que se constrói por meio da materialidade refletida e refratada em outros enunciados.

A filosofia da linguagem aparece como um campo de estudo importante para o marxismo a partir das formulações teóricas e metodológicas desenvolvidas por esse grupo de intelectuais. Carlos Alberto Faraco (2009) conclui que um dos grandes projetos do Círculo Bakhtiniano era “contribuir para uma teoria marxista da chamada criação ideológica, [...] uma teoria das manifestações da superestrutura”; nesse sentido, as duas principais contribuições do Círculo Bakhtiniano são: a crítica “ao chamado marxismo vulgar, aquele que tenta dar conta dos processos e produtos da criação ideológica por meio de uma lógica determinista e mecanicista” e “o papel central que eles deram à linguagem em suas formulações e as próprias peculiaridades da linguagem que elaboraram” (p.17).

Na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin/Volochínov (2014) apontam que “tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo” (BAKHTIN, 2014, p. 31), ou seja, a palavra cumpre a função de signo ideológico e, por isso mesmo, “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência” (p. 36).

A metodologia do cotejamento, nos estudos sobre a política educacional, cria condições de investigação das palavras que compõem os projetos educacionais, já que a implementação das políticas é definida a partir da relação entre Estado e as forças políticas e sociais para as quais esses atores políticos são decisivos. A política educacional é uma resposta às discussões que se instauram na sociedade. As pesquisadoras Olinda Evangelista e Eneida Schiroma afirmam que

Dentre as inúmeras questões para as quais dirigimos nossa atenção ao analisar documentos de política educacional, algumas são fundamentais, como as relações entre trabalho e capital e o papel que nelas ocupa o Estado. Partimos do suposto de que das contradições do sistema capitalista derivam as demandas e ações concretas para a formulação de políticas públicas para a Educação e que os interesses das classes fundamentais, em determinada correlação de forças, expressam-se no processo de produção de políticas educacionais (EVANGELISTA, SCHIROMA, 2018, p. 83).

Os interesses de classes, manifestados na política educacional, estão materializados textualmente, por isso, os estudos Bakhtinianos são valiosos para compreender a luta de classes exposta nos projetos criados para a política educacional. Como campo de estudo, a política educacional vincula-se a estudos empíricos, uma vez que possui interesse por documentos, leis, diretrizes, programas, e uma infinidade de outros materiais que definem a política educacional. Nesse sentido,

A documentação pode ser entendida como produto e expressão de conflitos sociais, arena de luta, histórica; portanto, síntese de relações sociais concretas. Tendo-se claro que o documento não é a política, deve ser analisado no âmbito e como resultado de relações hegemônicas marcadamente burguesas. Documentos governamentais são produzidos por órgãos e instituições vocacionados à defesa dos interesses dominantes no confronto com os interesses das classes subalternas na relação entre oferta e demanda de educação. Tais materiais expressam diretrizes para a educação e articulam interesses, projetam políticas, induzem intervenções sociais, razão pela qual é importante não incorrer no erro de circunscrever o estudo da política à análise de documentos produzidos pelo aparelho de Estado. Cotejá-los com a documentação produzida por aparelhos privados de hegemonia, como a mídia, fundações empresariais, organizações multilaterais e a de intelectuais que gravitam em sua órbita, é crucial para apanhar o fenômeno em sua produção mais geral. A leitura com e contra outros documentos de aparelhos privados de hegemonia que permitam localizar os interesses e disputas das forças em presença no momento histórico da produção da política é nodal para uma explicação teórica capaz de reproduzir, idealmente, o processo real, o movimento que constituiu determinada política como realidade objetiva (EVANGELISTA; SHIROMA, 2018, p. 111-112).

Na busca por interesses e forças em disputa na materialidade dos documentos estudados aqui por meio do cotejamento como percurso metodológico, construímos compreensões acerca do movimento que constitui a forte influência de um agente privado de hegemonia – o Banco Mundial, neste caso –, bem como as convergências com outros agentes também defensores de interesses neoliberais ligados à esfera educacional brasileira no período entre 2016-2018. Nesse estudo, buscamos em cada documento: 1) a caracterização da situação brasileira no que se refere a aspectos políticos, econômicos e sociais; 2) o lugar que a educação ocupa no projeto de sociedade; 3) as propostas de agenda para esfera educacional. A escolha desses três documentos como conjunto de dados justifica-se pela importância que tiveram no contexto da sua publicação. A primeira seção tratará sobre o contexto brasileiro no período entre 2016 e 2018.

O PERÍODO 2016 – 2018 NA POLÍTICA BRASILEIRA: O RETORNO DA POLÍTICA NEOLIBERAL ORTODOXA

Em 2014, com vitória sobre Aécio Neves, Dilma Rousseff se reelege a presidência da República e, na sequência, o PSDB pede a recontagem dos votos e aprofunda a instabilidade política no Brasil. Além disso, o governo Dilma

Antes mesmo de concluir o primeiro mandato, começou a dar indício de que implementaria o programa de seu adversário derrotado nas urnas. Nesse sentido, o governo editou medida que criava empecilhos para acessar o seguro-desemprego e nomeou um nome de confiança dos banqueiros para o Ministério da Fazenda, Joaquim Levy. Já durante o segundo mandato, diante da iminência de uma crise econômica, adotou uma política de austeridade fiscal e foi com isso perdendo apoio de sua base eleitoral, que passou a caracterizar seu governo como um estelionato eleitoral. A implementação da austeridade fiscal também contribuiu para afastar setores da grande burguesia interna de sua base política. Aos poucos, o governo foi perdendo força política e se fragilizando cada vez mais (MARTUSCELLI, 2019).

O governo de Dilma Rousseff foi amplamente criticado por ser responsável pela piora fiscal do país. No período em que Joaquim Levy esteve à frente do Ministério da Fazenda, a publicação de um ajuste fiscal foi decisiva para a perda de popularidade da presidenta. Em 2015, as “pautas bombas” no Congresso, organizadas pelo deputado Eduardo Cunha, imobilizaram as ações do governo Dilma em um momento de recessão econômica, ampliando seu desgaste e levando novamente a população às ruas contra a política governamental. Em dezembro do mesmo ano, o deputado Eduardo Cunha aceita o pedido de impeachment da presidenta Dilma Rousseff e dá início à abertura do processo na Câmara dos Deputados.

O ano de 2016 foi marcado pelo avanço do processo golpista⁴ de destituição da presidenta Dilma do cargo, causando uma ruptura na democracia brasileira. Essa ruptura criou um espaço privilegiado para disputas sobre o projeto neoliberal a ser implementado pós deposição da presidenta Dilma Rousseff. Continuar buscando sentidos desse período histórico é fundamental para compreender a política educacional contemporânea. Antes mesmo da deposição se confirmar, foi apresentado o documento *A Travessia Social: uma ponte para o futuro* (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2016), elaborado pelo PMDB e pela Fundação Ulysses Guimarães em abril de 2016, e lançado oficialmente no início do mês seguinte, antecipando qual seria o plano de governo, caso Michel Temer se tornasse definitivamente o presidente da República. Trata-se de um programa mais centrado nas questões sociais e que se dis-

4 “É possível caracterizar esse episódio como um golpe de Estado por nele estarem presentes três aspectos fundamentais que envolvem todo golpe. Em primeiro lugar, estava em disputa a política econômica e social do governo. As forças de oposição de direita que deflagraram o golpe reivindicavam o fim das iniciativas de reforma do capitalismo neoliberal e o aprofundamento da política neoliberal ortodoxa, reforçando assim a hegemonia política da burguesia associada e do capital financeiro internacional. Em segundo lugar, o golpe comportou uma mudança institucional importante, na medida em que foi arquitetado por forças internas ao próprio Estado, especialmente pelo Judiciário e pelo Parlamento, daí podemos dizer que, do ponto de vista institucional, trata-se de um golpe jurídico-parlamentar. Por fim, como todo golpe, foi realizado nesse episódio um trabalho de conspiração/usurpação do poder, que se valeu do uso casuístico de instrumentos legais para condenar uma presidente que não cometeu crime de responsabilidade algum. Diferentemente dos golpes militares que envolviam quebra dos regramentos constitucionais, agora estaríamos diante de um golpe que fez uso dos próprios mecanismos constitucionais, caracterizando-se assim como um golpe brando por sua aparente legalidade” (MARTUSCELLI, 2020).

tingue do programa *Uma Ponte para o Futuro*, lançado em outubro de 2015, que versava mais claramente sobre as pautas de política econômica.

O Governo de Michel Temer tem início no 12 de maio de 2016, quando assumiu o cargo interinamente, e, de forma definitiva, a partir do dia 31 de agosto do mesmo ano. A partir desse momento, o bloco no poder se reconfigurou totalmente e um projeto de país, não eleito pela população, foi implementado. O governo Temer foi responsável pela consolidação de políticas neoliberais de caráter ortodoxo, aprovou a reforma trabalhista e a liberação da terceirização para atividades-fim através da Lei de Terceirização. Além disso, trouxe ao debate uma nova reforma da previdência, aprovada em 2019. A principal marca da gestão de Temer é o ajuste fiscal que criou a Lei do Teto dos Gastos na Emenda Constitucional nº 95, promulgada em 15 de dezembro de 2016. Ela limita os gastos públicos pelo período de 20 anos, tendo um impacto no orçamento da política social, conseqüentemente na educação. Durante o governo de Temer, também foram aprovadas a Base Comum Curricular (BNCC) para a educação infantil e o ensino fundamental no ano de 2016 e para o ensino médio em 2017. As maiores críticas à BNCC são feitas sobre a “Reforma do Ensino Médio” ou o “Novo Ensino Médio”, pois, apesar de ampliar a carga horária, suprime disciplinas com a imposição de itinerários formativos com viés profissionalizante alinhado à ideologia neoliberal.

Em novembro de 2017, o Banco Mundial lançou o documento intitulado *Um Ajuste Justo: análise da eficiência e equidade no gasto público no Brasil*. Esse documento foi elaborado a pedido do Governo Federal Brasileiro e teve como objetivo “identificar alternativas para reduzir o *deficit* fiscal a um nível sustentável e, ao mesmo tempo, consolidar os ganhos sociais alcançados nas décadas anteriores” (BANCO MUNDIAL, 2017, p.1).

O processo eleitoral de 2018 foi marcado pela inviabilização da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva – que havia sido preso pela Operação Lava-Jato em abril daquele ano e liderava as pesquisas de intenção de votos até setembro, quando o Superior Tribunal Eleitoral (STE) rejeitou sua candidatura –; pela incapacidade de o PSDB alavancar o seu candidato; e pela campanha pautada pelas *fake news* de Jair Bolsonaro. Durante a campanha, Jair Bolsonaro divulgou que Paulo Guedes seria o Ministro da Economia. Esse nome tinha adesão da classe empresarial e representava os interesses que reivindicavam o aprofundamento de reformas neoliberais, de políticas privatistas e do ajuste fiscal.

O documento do Banco Mundial, além de ser solicitado pelo governo do (P)MDB, tenta se mostrar como um documento puramente técnico, analítico e propositivo, buscando construções discursivas que não demonstrem claramente interesses político-partidários, e servirá de base para alguns dos argumentos trazidos na Plataforma de Campanha de Jair Bolsonaro.

Para compreendermos como grupos de interesses definem e estruturam as suas propostas e reivindicações para a ação do Estado capitalista, é necessário compreender também os aspectos mais gerais de seus projetos políticos, econômicos e sociais. Os documentos desse tipo, em geral, se organizam a partir de uma narrativa sobre a situação de um lugar geográfico dentro de um espaço de tempo. A partir dessa narrativa mais geral,

são apresentados diagnósticos por área de interesse, para, por fim, apresentar as soluções para os problemas anunciados previamente; essas soluções são apresentadas como propostas. No caso deste trabalho, o interesse está em compreender os aspectos da ideologia neoliberal nos projetos para a política educacional.

A CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO BRASILEIRA NO QUE SE REFERE A ASPECTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS

No documento *A Travessia Social: uma ponte para o futuro*, a caracterização da situação brasileira é descrita a partir da afirmação: “o Brasil está entrando em seu terceiro ano de recessão consecutiva” (p. 3). O caráter recessivo é atribuído a *dois círculos viciosos*, sendo o primeiro atribuído ao *crescimento econômico e ao equilíbrio fiscal* e o segundo a três elementos: *nível de atividade econômica, situação fiscal e políticas sociais*. Segundo o documento, “a superação da grave crise fiscal requer reformas que garantam a estabilização da dívida pública com relação ao PIB” (p. 5).

O Estado brasileiro expandiu demasiadamente as suas atribuições e acabou desabando sob seu próprio peso. Em qualquer horizonte razoável, o Estado terá que renunciar às funções de que hoje se ocupa, e terá mesmo que amputar partes de sua arquitetura. Sem fazer isto, o crescimento econômico duradouro não será possível. No entanto, políticas e gastos para proteger os mais pobres e abrir para eles um caminho para as oportunidades da vida, precisam ser resguardados (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2016, p. 5).

No excerto acima citado, a caracterização da situação política, econômica e social brasileira é construída discursivamente com base no argumento ligado ao enfraquecimento do Estado, que, segundo a materialidade linguística do documento, “acabou desabando” por conta do excesso de peso de suas atribuições. Esse discurso de enfraquecimento do Estado é parte importante do conjunto de ideologias que sustentam os processos de Globalização. Ainda segundo o documento, a amputação de partes da arquitetura do Estado, devendo este renunciar às funções que atualmente exerce, seria imprescindível para possibilitar um “crescimento econômico duradouro”. Essa construção discursiva materializa as forças monologizantes da ideologia oficial.

Para Bakhtin, “a ideologia oficial é entendida como relativamente dominante, procurando implantar uma concepção única de produção de mundo” (MIOTELLO, 2005, p. 168). Contudo, a sustentação desse discurso se dá justamente pela incorporação que o documento faz de contra palavras, que defendem que se resguardem os mais pobres e que se abram a eles caminhos de oportunidades para a vida. A própria materialidade do texto coloca em contraposição direta o desenvolvimento econômico duradouro e a necessidade de se resguardar os pobres. Vemos isso com o emprego da expressão “No entanto”, que coloca como adversativa a ideia de se resguardar os pobres. É um movimento sofisticado da linguagem para tentar

apagar os conflitos de classe, incorporando a contrapalavra como se fosse sua. Contudo, ao denominar os investimentos para resguardar os pobres como *gastos*, compreendemos que as oportunidades que se pretendem abrir aos pobres não são concebidas pelos documentos como direitos a serem garantidos e sim como gastos a serem assumidos como forma de generosidade. Além disso, ao afirmar que os pobres precisam ser *protegidos* e que *as políticas e gastos* para abrir caminhos de oportunidades a eles precisam ser *resguardados*, admite-se, discursivamente, que há uma situação de ameaça a essas políticas e que isso não é naturalmente compatível com as ações para o desenvolvimento econômico duradouro.

As políticas educacionais, no âmbito do organograma governamental, estão localizadas na modalidade política social, e essa denominação, como lembra Saviani (2016), decorre das contradições do sistema capitalista. A política social – que contempla as ações das áreas de educação, saúde, previdência e assistência social, cultura e comunicações, é necessária para contrabalançar “o caráter antissocial da ‘política econômica’ cujos efeitos, entretanto, contraditoriamente atuam no sentido de desestabilizar a ordem capitalista em lugar de consolidá-la” (IBIDEM, p. 1).

No documento *Um Ajuste Justo: análise da eficiência e equidade no gasto público no Brasil*, a caracterização da situação brasileira, apresentada no Resumo Executivo do documento, inicia afirmando que “o Governo Brasileiro gasta mais do que pode e, além disso, gasta mal”, e, que, ao “longo das duas últimas décadas, o Brasil observou um consistente aumento dos gastos públicos, o que agora coloca em risco a sustentabilidade fiscal” (p. 6). Tendo como objetivo “analisa[r] as raízes dos problemas fiscais recorrentes do Brasil e apresenta[r] opções para sua solução” (p. 7), na sequência o documento elogia a aprovação da Emenda Constitucional 95, que tange sobre o teto de gastos, afirmando que ela introduz “uma trajetória de ajuste gradual para os gastos públicos ao longo dos próximos dez anos”. Nesse documento, desde seu título e subtítulo, a questão do gasto é novamente central, uma vez que não se nomeia como investimento público, por exemplo, e sim como gasto. Além disso, o título “Ajuste Justo” afirma ser necessário pensar em ajustes e já adjetiva essa proposição como justa, já que o documento aponta sua análise como eficiente e equânime. Essa estratégia de nomear investimentos públicos como gastos vai ao encontro de um discurso consensual. É bastante difícil contrapor-se à necessidade de cortar gastos, já que até mesmo no contexto domiciliar, por exemplo, é bastante forte essa necessidade, especialmente em contextos de crise e/ou recessão.

O documento *O Caminho da Prosperidade*, projeto de governo de Jair Bolsonaro, também faz referência à crise fiscal ao apresentar a sua narrativa sobre a situação do país. Nesse discurso, afirma estar propondo “um governo decente, diferente de tudo aquilo que nos jogou em uma crise ética, moral e fiscal”. A caracterização da situação do país, nos três documentos, parte da necessidade de políticas de austeridade, acompanhadas de reformas que diminuam o tamanho do Estado.

Para a perspectiva bakhtiniana do discurso, a palavra é ideológica por excelência, pois a mesma língua serve a classes sociais distintas, portanto “o signo, se subtraído às tensões da luta social, se posto à margem da luta de classes, irá infalivelmente debilitar-se,

degenerará em alegoria, tornar-se-á objeto de estudo dos filólogos e não será mais um instrumento racional e vivo para a sociedade” (BAKHTIN, 2014, p. 48). Para tratar dessas tensões, Bakhtin emprega noções como força centrípeta e força centrífuga. As forças centrípetas são responsáveis por estabilizar o discurso, torná-lo homogêneo, monologizado, ou seja, é responsável por ocultar o conflito, a luta de classes. Já as forças centrífugas são responsáveis por relativizar, pela instabilidade, pela heterogeneidade e por invocar a contradição. Nesse sentido, o discurso que pauta a necessidade de políticas de austeridade são forças centrípetas de unidade ideológica do neoliberalismo, por vezes definidas como objetivo a ser alcançado, outras como justificativa e meio de concluir reformas.

Esse tipo de política visa equilibrar os gastos e a arrecadação do Estado, através do aumento de impostos e do corte de gastos, em geral, nas áreas da política social. Essas medidas impactam a classe trabalhadora, uma vez que os impostos no Brasil são de caráter regressivo, incidindo sobre o consumo, ou seja, todos pagam a mesma quantidade de impostos independentemente da sua renda. E, também, as políticas sociais, de transferência de renda, previdência e assistência social, saúde, educação, etc., são destinadas prioritariamente às populações com menor renda ou em condições de pobreza.

Os grupos de interesse que elaboraram os documentos estudados neste artigo mobilizam recursos discursivos capazes de transfigurar a realidade, pois conhecem a impopularidade de políticas dessa natureza. Por isso, constroem discursivamente projetos que ocultam as disputas de classe, promovendo um discurso monologizado de que esse é o único caminho, de que não há alternativas. Como podemos observar no quadro abaixo, eles utilizam o discurso contrário às políticas de ajuste para justificar a sua necessidade.

Quadro 01 – Relação crise-ajuste fiscal-pobres

Documento	Excertos
A Travessia Social	Embora a crise que se abate sobre o país afete toda a população, há uma série de razões para que os mais vulneráveis recebam a maior parte do seu peso. Para começar, a deterioração do mercado de trabalho não poupa ninguém, mas tende a prejudicar mais os mais pobres (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2016, p. 5)
Um Ajuste Justo	Desenhar e implementar um “ajuste justo” que coloque as contas fiscais do Brasil de volta em uma trajetória sustentável, ao mesmo tempo em que protege os pobres , é um grande desafio (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 5)
O Caminho da Prosperidade	O desequilíbrio fiscal gera crises, desemprego, inflação e miséria. Inflação é o maior inimigo das classes mais desamparadas, pois não apenas empobrece o trabalhador, mas também aumenta a desigualdade de renda, piorando a situação dos mais pobres (TSE, 2018, p. 52).

Elaborado pelas autoras com base em: FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (2016), BANCO MUNDIAL (2017), TSE (2018).

Grifos nossos.

Esses excertos nos mostram uma articulação discursiva entre os documentos, uma vez que, além de partirem da necessidade das políticas de austeridade, incorporam o discurso de outra classe social, a classe trabalhadora, para criar o consenso de que o ajuste fiscal vai beneficiar aos mais pobres. Para Leda Paulani, a redução do Estado ao mínimo está

brandindo-se os princípios neoliberais da eficiência, da rigidez de gastos, da austeridade, administra-se hoje o Estado 'como se fosse um negócio'. E é de fato disso que se trata, pois, contrariamente ao que ocorria na fase anterior, a atuação do Estado se dá agora visando preservar não os interesses da sociedade como um todo (emprego, renda, proteção social etc.), mas os interesses de uma parcela específica de agentes, cujos negócios dependem fundamentalmente dessa atuação (PAULANI, 2007, p. 78-79).

Ou seja, os interesses salvaguardados pelas políticas de austeridade são os das classes mais abastadas, que não pagam impostos progressivos e que, em geral, não necessitam utilizar serviços públicos. Além disso, a degradação dos serviços de saúde e educação, dentre outros, impulsiona o setor privado dessas áreas.

Em termos discursivos, cabe ainda levantar a questão da construção composicional dos enunciados de cada documento no que se refere à responsabilidade pela crise fiscal ou econômica. No **Quadro 01**, o primeiro documento (*A Travessia Social*) afirma que *a crise que se abate sobre o país* afeta a todos, e a deterioração do mercado de trabalho não poupa ninguém. Aqui, vemos que a responsabilidade pela instabilidade econômica recai sobre a *crise* e sobre a *deterioração do mercado de trabalho*, isentando outros possíveis responsáveis. O segundo documento (*Um Ajuste Justo*) afirma que tem como objetivo colocar *as contas fiscais do Brasil de volta numa trajetória sustentável*. Esse enunciado nos permite compreender que *as contas fiscais* é que são as responsáveis pelo contexto de instabilidade econômica do Brasil. No terceiro enunciado do **Quadro 01** (documento *O caminho da Prosperidade*), o gerador de *crises, desemprego, inflação e misérias* é o *desequilíbrio fiscal*. Nos três documentos, a instabilidade econômica, bem como suas consequências, é construída discursivamente como algo já dado, sem que seja atribuída responsabilidade a ações ou políticas de agentes hegemônicos globais ou mesmo nacionais. Desse modo, os inimigos a serem combatidos são *as contas fiscais, a crise, a deterioração do mercado de trabalho e o desequilíbrio fiscal*. A estratégia discursiva, portanto, não permite a compreensão de que todos os fatores citados pelos documentos sejam consequências de políticas e de ações de agentes hegemônicos. Essa estratégia atua para tentar apagar os conflitos de classe que geram os contextos que todos os documentos se colocam à disposição para resolver.

A força que atua na construção composicional para criar efeitos de homogeneização discursiva vai tentando apagar as diferenças de valorações, e, portanto, os con-

flitos de classes. Além disso, a repetição de padrões enunciativos vai constituindo os discursos que se tornam hegemônicos em diferentes esferas de atividade humana. “Esses lugares-comuns, com seus consensos, vão, a partir de sua repetição de padrões, tentando enfraquecer as lutas dos índices de valores imanente nos signos. E isso, por conseguinte, fortalece os discursos capitalistas neoliberais” (CARACELLI SCHERMA, 2015, p.233).

Ademais, a incorporação da contrapalavra, assumindo para si reivindicações de interesses da classe trabalhadora, por exemplo, que consta em todos os enunciados, também reforça esse efeito de que as diferentes vozes e os diferentes interesses estão presentes nas proposições apresentadas em cada documento.

O LUGAR QUE A EDUCAÇÃO OCUPA NO PROJETO DE SOCIEDADE DEFENDIDO

Os discursos dos documentos *A travessia Social*, *Um ajuste justo* e *O Caminho da prosperidade* partem da narrativa de que é necessário recorrer a cortes orçamentários, condicionam a política educacional a reformas de caráter neoliberal. Nesse sentido, o lugar que a educação ocupa no projeto de país está atrelado à ideologia neoliberal de austeridade.

Sobre o documento produzido pelo Banco Mundial, o primeiro aspecto que queremos discutir é a utilização das palavras *eficiência e ineficiência*: essas palavras aparecem no texto 169 vezes; se considerado apenas o capítulo referente à educação, elas aparecem 35 vezes em suas 28 páginas. No primeiro enunciado do texto, em uma síntese, é apresentado o diagnóstico dos problemas educacionais do Brasil e sua resolução.

As crescentes despesas públicas e a queda nos números de matrículas públicas resultam em um maior gasto por estudante e em razões aluno-professor ineficientes. Para municípios mais ricos a eficiência é ainda mais baixa dada a transição demográfica mais acelerada, o que resulta em uma redução mais rápida do número de alunos na rede pública. A obrigatoriedade constitucional de se gastar 25 por cento das receitas tributárias em educação contribui para que tais municípios aumentem os gastos por aluno de forma mais acelerada. Esse gasto adicional nem sempre se traduz em maior aprendizado, o que gera ineficiências. Além de uma razão aluno-professor relativamente baixa, o sistema público de educação no Brasil é caracterizado por baixa qualidade dos professores e pelos altos índices de reprovação. Todos esses fatores levam a ineficiências significativas. Se todos os municípios e estados fossem capazes de emular as redes escolares mais eficientes, seria possível melhorar o desempenho (em termos de níveis de aprovação e rendimento estudantil) em 40% no ensino fundamental e 18% no ensino médio, mantendo o mesmo nível de despesas públicas. Em vez disso, o Brasil está gastando 62% mais do que precisaria para atingir o desempenho atualmente observado em escolas públicas, o que corresponde a quase 1% do PIB. Os gastos públicos com o ensino superior também são altamente ineficientes, e quase 50% dos recursos poderiam ser economizados. Os gastos públicos com ensino fundamental e médio são progressivos, mas os gastos com o ensino superior são altamente regressivos. Isso

indica a necessidade de introduzir o pagamento de mensalidades em universidades públicas para as famílias mais ricas e de direcionar melhor o acesso ao financiamento estudantil para o ensino superior (programa FIES) (p. 121).

No enunciado acima, os signos ideológicos eficiência e ineficiência se agrupam para criar camadas de sentidos no que se refere à educação: “[...] gastar 25 por cento das receitas tributárias em educação contribui para que tais municípios aumentem os gastos por aluno de forma mais acelerada” – aqui, o verbo gastar e o substantivo gastos são utilizados para levar à conclusão de ineficiências, uma vez que os gastos apontados não se traduzem em maior aprendizado. Mais adiante no enunciado, a ineficiência é ligada à baixa qualidade dos professores e aos altos índices de reprovação. Já no que diz respeito à eficiência, a ligação é diretamente construída com a melhora no desempenho, cujo argumento principal são dados concretos (40% no ensino fundamental e 18% no ensino médio). Interessante ressaltar, também, que, quando há uma ligação discursiva com ineficiência, a palavra escolhida é gasto; já quando se liga à eficiência, a palavra escolhida é despesa. Uma diferença aparentemente sutil, mas que contribui para maior ou menor peso na argumentação.

Ainda no que diz respeito aos signos eficiência/ineficiência, o documento do Banco Mundial apresenta a ideia da necessidade de melhoria da qualidade das despesas públicas, além de um ajuste fiscal (inclusive se ligando discursivamente ao título do documento – *Ajuste Justo*). Para essa melhoria da qualidade das despesas, esse agente hegemônico global coloca como exigência “a institucionalização de um sistema regular e rigoroso de monitoramento e avaliação das políticas públicas” (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 15). O monitoramento proposto pelo Banco Mundial está diretamente vinculado aos resultados em relação aos gastos. Nesse ponto, cotejando com os outros dois documentos, há um aspecto comum, visto que todos eles se alinham à vinculação da relação gasto-resultado, como podemos ver nos seguintes excertos:

Quadro 02 – Relação Gasto-Resultado na esfera educacional

Documento	Excerto
A Travessia Social	O Brasil já acumulou as observações e o conhecimento necessários para identificar os principais problemas técnicos na má qualidade do ensino fundamental. Apesar dos resultados médios não serem bons, há numerosos casos de experiências bem-sucedidas, inclusive em localidades periféricas e mais pobres. Ou seja, podemos fazer muito melhor (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2016, p. 15).

Um Ajuste Justo	<p>O monitoramento deve manter seu foco nos resultados e vincular tais resultados aos insumos orçamentários. (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 15).</p> <p>Em particular, em áreas prioritárias como saúde e educação, as ineficiências das despesas significam que resultados iguais ou melhores poderiam ser obtidos com menos recursos (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 15).</p> <p>A análise dos gastos públicos com educação e saúde é baseada em curvas de produtividade que permitem inferir o escopo para ganhos de eficiência. (BANCO MUNDIAL, 2017, p.20).</p> <p>No Brasil não faltam experiências positivas e inovadoras de como melhorar a qualidade da educação com recursos limitados. Inovações na gestão escolar no estado do Ceará demonstraram como melhorar significativamente os resultados de aprendizagem por meio de incentivos ao desempenho (Figura 95). No Ceará, a distribuição da receita tributária estadual (o ICMS) é baseada no índice de qualidade da educação de cada município. O Ceará também realizou intervenções na aprendizagem dos alunos, tais como o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) e introduziu o fornecimento aos professores de materiais de ensino e alfabetização pré-elaborados. No Amazonas, os professores são avaliados pouco tempo após a sua contratação, e somente os melhores são mantidos. Um curso online obrigatório de duas horas e uma avaliação final são requisitos para todos os professores durante seu estágio probatório. Os estados do Rio de Janeiro e Pernambuco introduziram um bônus para os professores e funcionários com base no desempenho das escolas. O Rio de Janeiro também eliminou a nomeação política de coordenadores regionais e diretores de escolas, além de introduzir uma avaliação de desempenho anual para diretores escolares e regionais, e reuniões regulares para disseminar os resultados e dar destaque às escolas com desempenho melhor. Todas essas experiências se mostraram custoefetivas, não somente melhorando o desempenho dos alunos, mas também aumentando a eficiência do gasto público em educação (BANCO MUNDIAL, 2017, p.131).</p>
O Caminho da Prosperidade	Os dados da ONU indicam que o nível de gastos que o Brasil tem com educação é incompatível com o péssimo nível educacional dos estudantes. Temos figurado ultimamente entre os piores resultados do PISA, feito pela OCDE (TSE, 2018, p. 43)

Elaborado pelas autoras com base em: FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (2016), BANCO MUNDIAL (2017), TSE (2018). Grifos nossos.

Nos excertos dos três documentos, a relação gasto-resultado é apresentada. O primeiro excerto do **Quadro 02** utiliza uma estratégia de certo modo sutil de construir essa relação gasto-resultado, contudo, pelo estudo desse material verbal, podemos compreender que, se até mesmo em *localidades periféricas e mais pobres há numerosos casos de experiências bem sucedidas*, a conclusão apresentada no documento é de que “podemos fazer muito melhor [com menos gastos]” (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2016, p. 15). No segundo excerto, os enunciados do Banco Mundial nos permitem compreender essa relação gasto-resultado quando propõem a vinculação dos *insumos orçamentários* aos resultados obtidos e quando

afirmam que seria possível obter melhores resultados com menos recursos. Já o terceiro excerto nos mostra a relação direta entre o que se gasta em educação e o que se espera como resultado. Além disso, o resultado é vinculado ao PISA, teste internacional, que figura entre as ações de monitoramento de agentes hegemônicos globais para a proposição de políticas públicas vinculadas à esfera da educação.

Um traço comum nos discursos dos três documentos acerca da relação custo-resultados é a comparação que constroem com outros países – quando utilizam os dados da OCDE, por exemplo – ou quando trazem relatos de experiências consideradas por esses documentos como experiências de sucesso por serem localidades ditas periféricas ou mais pobres e que conseguem mais resultados com menos gastos. No documento do Banco Mundial, por exemplo, é possível construir compreensões no sentido de que o mais importante é a melhoria da eficiência do gasto público em educação. Ao afirmar que “Todas essas experiências se mostraram custoefetivas, não somente melhorando o desempenho dos alunos, mas também aumentando a eficiência do gasto público em educação” (BANCO MUNDIAL, 2017, p.131), o uso da palavra *somente* nos possibilita compreender que melhorar o desempenho dos estudantes seria pouco se não fosse atrelado a uma redução de gastos; essa relação é reforçada pela conjunção adversativa *mas*, que coloca em contraposição a ideia de melhoria de desempenho dos estudantes e a melhoria da eficiência dos gastos públicos em educação.

Também no que diz respeito aos signos eficiência/ineficiência, o estudo dos documentos nos permite compreender uma forte relação que se constrói entre as análises de dados da educação e a proposição de políticas públicas. Essa relação constitui o que estamos chamando de agenda para a educação. De acordo com o Banco Mundial, é necessário institucionalizar um sistema de monitoramento e avaliação de políticas públicas de modo a “subsidiar a escolha das soluções mais eficazes para que as políticas públicas atinjam seus objetivos e, assim, orientar as decisões sobre quais programas devem ser suspensos, mantidos ou expandidos” (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 15). Nesse trecho, vemos a materialização das proposições de um agente hegemônico global na orientação sobre decisões na esfera da política educacional brasileira, atuando, inclusive, na proposição, suspensão, manutenção ou expansão de políticas públicas com base em seus resultados de eficiência/ineficiência, que são todos calculados sob os preceitos neoliberais, uma vez que são sustentados pelas razões econômicas e de mercado. Além disso, novamente a insuficiência do Estado aparece no discurso do Banco Mundial quando o documento afirma que é necessário que pesquisadores externos aos governos tenham acesso a dados necessários para a tomada de decisões em relação às políticas públicas, o que, segundo esse agente hegemônico, aumentaria “a credibilidade e a busca de eficiência” (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 15). Além disso, as ações propostas nos três documentos trazem sempre comparações com outros países e com outros agentes hegemônicos globais, como a OCDE, por exemplo.

Na análise de Giroto (2018, p. 166), “a ideia de eficiência fomenta a busca por processos que reduzam investimentos e ampliem resultados em educação, quase todos medidos por testes padronizados”. Assim, o discurso do Banco Mundial procura omitir o caráter ideológico que se pressente no estabelecimento das disjuntivas *eficiência/qualidade* e *ineficiência/baixa qualidade*. Essa omissão pode ser compreendida pela própria escolha do argumento de dados concretos, com percentuais e taxas de melhora de desempenho para criar efeitos de objetividade.

Trata-se de dispositivo ideológico criado como estratégia para garantir o consenso, pois, “a classe dominante procura dar ao signo ideológico um caráter superclassista, eterno, procura restringir e apagar do interior da palavra a luta das relações sociais, de fazê-la expressão de um ponto de vista único, fixo e imutável” (VOLOCHÍNOV, 2013, p. 200). De acordo com Freitas (2018, pp. 44-45):

Tendo como intencionalidade última produzir a melhoria da qualidade da educação por meio da concorrência entre escolas e entre professores *em um livre mercado*, desenvolveu um “conceito de qualidade da educação” que implica o afastamento do governo da gestão da educação (ainda que não de seu financiamento), como forma de permitir a operação da livre iniciativa educacional dentro das regras do mercado (e não dos governos). É surpreendente que se tenha justificado essa abordagem como a afirmação de que ela diminuiria a segregação escolar, quando o fato de se lançar a educação (escolas, professores e estudantes) em uma espécie de “darwinismo social” somente poderia, como aconteceu, vir a agravar os processos de segregação - produto da própria concepção meritocrática que está na base do neoliberalismo.

O termo *gasto público*, enquanto signo ideológico, expressa o sentido de algo que se perde sem a possibilidade de se recuperar, sem retorno, uma despesa. Já o signo ideológico *investimento* traz em si o sentido de aplicar recursos para atingir um objetivo. Nos discursos aqui estudados, essas categorias aparecem da mesma forma em todos os documentos: o termo *gasto público* aparece vinculado aos recursos destinados a direitos sociais, ou seja, saúde, educação, previdência, etc. Enquanto a palavra *investimento* se liga com o setor privado, políticas de infraestrutura e a economia.

A própria noção de qualidade passa a ser concebida como objetivo, com forte conotação de neutralidade, a ser alcançado. Nesse sentido, Enguita (2012, p. 95) afirma que

A qualidade se converte (...) numa meta compartilhada, no que todos dizem buscar. Inclusive aqueles que se sentem desconfortáveis com o termo não podem se livrar dele, vendo-se obrigados a empregá-lo para coroar suas propostas, sejam lá quais forem. Qualquer proposição relativa a conservar, melhorar ou mudar isto ou aquilo, não importa o que seja, deve explicar-se em termos de qualidade. Da mesma forma que, em campos mais amplos, as medidas políticas devem ser justificadas em virtude da democracia (ou do socialismo, conforme o país) e as econômicas em função do controle de preços ou do aumento do emprego, mesmo no caso em que

conduzam, respectivamente, à restrição das liberdades ou da soberania popular ou do aumento da inflação e do número de desempregados. De um simples termo ou expressão, transforma-se assim no eixo de um discurso fora do qual não é possível o diálogo, porque os interlocutores não se reconhecem como tais senão através de uma linguagem comum.

Não há ninguém que defenda publicamente a desqualificação da educação. O que está em jogo é a definição do conteúdo de qualidade, são campos de disputas os sentidos e significados de como a qualidade se efetiva através de políticas educacionais, ações pedagógicas, gestão escolar, formação docente.

Ainda sobre o título do capítulo do documento, equidade aparece ao lado de eficiência com o sentido de justiça, imparcialidade, em que a educação pública, além de eficiente, traga igualdade de direitos. Este é um discurso tipicamente neoliberal, pois, como nos lembra Leher (1998), equidade passou a substituir o conceito de distribuição de renda durante a gestão de Robert McNamara no Banco Mundial, na década de 1970.

Nesse documento, a materialidade discursiva nos mostra uma forte construção em torno dos signos *eficiência* e *ineficiência*, ligados à esfera educacional, sempre entrecruzados a dados de desempenho, em geral, construído com base em índices globais, como a razão aluno-professor, ou a discursos globais, como o da produtividade, por exemplo.

O documento *A travessia Social* defende que “as despesas públicas, nos próximos anos, devem interromper sua trajetória de crescimento acima da renda nacional” (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2016, p. 4) e que a solução para a crise brasileira seria “buscar o equilíbrio fiscal, retomar o crescimento e ampliar as boas políticas sociais” (IBDEM, p. 5). O debate educacional está sob o título de *Conhecimento e cidadania*, em que se afirma que é o acesso ao conhecimento que define o destino de cada um na sociedade e “isto torna a educação a maior e a principal política social, a que liberta o indivíduo das restrições da pobreza, da origem familiar e de sua situação na estrutura de classes” (IBDEM, p. 15).

Já o documento *O Caminho da Prosperidade* (TSE, 2018) é organizado em 81 páginas, em que se apresenta um programa de governo cujas linhas de ação se organizam da seguinte maneira: Segurança e combate à corrupção; Saúde e Educação; e Economia. A linha de ação que aglutina saúde e educação tem como slogan a frase “É possível fazer muito mais com os atuais recursos”, em que utiliza os mesmos comparativos que o Banco Mundial: os gastos públicos dos países da OCDE. Esses dados comparativos não consideram os índices de desigualdade e nem o percurso histórico de formação dessas sociedades.

Assim, as discussões da esfera educacional aparecem junto das discussões sobre saúde, partindo do argumento de que a “Educação e a saúde [estão] à beira do colapso” (TSE, 2018, p. 12). Neste documento, o discurso da ineficiência também aparece, como podemos ler no seguinte enunciado: “na Educação, assim como na Saúde, os números levam à conclusão que as crianças e os jovens brasileiros deveriam ter um desempenho escolar muito melhor, tendo em vista o montante de recursos gastos” (IBDEM, p. 41).

Ainda que, tanto a caracterização da situação do Brasil e o lugar que a educação ocupa nesses projetos sejam similares, o caráter conservador do documento *O caminho da prosperidade* se revela como um diferencial. Sobre os problemas da escola pública e das universidades, o documento afirma que “um dos maiores males atuais é a forte doutrinação” (TSE, 2018, p. 46) e que temos “uma educação aparelhada ideologicamente” (TSE, 2018, p. 80).

Como exercício de cotejamento dos dados, organizamos o **Quadro 03**, com as concepções de educação que são apresentadas nos enunciados dos três documentos estudados:

Quadro 03 – O lugar que a educação ocupa no projeto de sociedade defendido

Documento	Excerto
A Travessia Social	<p>O governo estará empenhado na criação e na melhoria dos bens públicos à disposição da população, em especial das populações mais pobres, mas não será mais seu provedor direto, para poder concentrar-se em saúde, educação, segurança pública e proteção social, que são bens públicos que o mercado tem dificuldades de prover. (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2016, p. 8).</p> <p>Isto torna a educação a maior e a principal política social, a que liberta o indivíduo das restrições da pobreza, da origem familiar e de sua situação na estrutura de classes (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2016, p. 15).</p> <p>Nos últimos tempos vencemos em grande medida a pobreza extrema, por meio de programas de transferência de renda. Nosso desafio hoje é muito mais difícil, é integrar estas populações nas atividades produtivas e elevar a mobilidade social. Só a educação pode fazer isto. (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2016, p. 15).</p>
Um Ajuste Justo	<p>Liberar recursos para necessidades sociais urgentes, tais como o acesso a saneamento básico, educação infantil e assistência aos idosos (BANCO MUNDIAL, 2017, p.10).</p> <p>Licitações públicas são um passo crítico na provisão de serviços públicos para a população, seja na saúde, educação, infraestrutura, etc. (BANCO MUNDIAL, 2017, p.10).</p> <p>Em particular, em áreas prioritárias como saúde e educação, as ineficiências das despesas significam que resultados iguais ou melhores poderiam ser obtidos com menos recursos. (BANCO MUNDIAL, 2017, p.19).</p>

<p>O caminho da prosperidade</p>	<p>SAÚDE E EDUCAÇÃO: eficiência, gestão e respeito com a vida das pessoas. Melhorar a saúde e dar um salto de qualidade na educação com ênfase na infantil, básica e técnica, sem doutrinar (TSE, 2018, p. 22).</p> <p>Além disso, no papel de consolidação nacional, devemos lembrar da participação das Forças Armadas no processo de atendimento da saúde e da educação da população, principalmente em áreas remotas do país (TSE, 2018, p. 34).</p> <p>Além de mudar o método de gestão, na Educação também precisamos revisar e modernizar o conteúdo. Isso inclui a alfabetização, expurgando a ideologia de Paulo Freire, mudando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), impedindo a aprovação automática e a própria questão de disciplina dentro das escolas (TSE, 2018, p. 46).</p>
----------------------------------	--

Elaborado pelas autoras com base em: FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (2016), BANCO MUNDIAL (2017), TSE (2018).

No que diz respeito às concepções de educação que os documentos nos apresentam, há diferentes camadas de materialidade sócio-histórica que vão se acumulando nesse signo. Pelos excertos, no primeiro documento, vemos a educação como um *bem público que o mercado tem dificuldades de prover*; a educação como *a maior e a principal política social capaz de libertar o indivíduo da pobreza e de sua estrutura de classe ou ainda como a única possibilidade capaz de integrar as populações pobres nas atividades produtivas e elevar a mobilidade social*. No segundo documento, temos sentidos de educação como uma *necessidade social urgente*; como *área prioritária* ou como um *serviço público*. Interessante observar que a palavra direito é substituída por *serviço público* para se referir à educação. O terceiro documento nos apresenta a educação, especialmente a infantil, básica e técnica como algo que deve receber um salto de qualidade, contudo *sem doutrinar*; a educação como uma *área que deve receber a ajuda das Forças Armadas no papel de consolidação nacional*; a educação como uma *área que deve ser melhorada por meio da mudança do método de Gestão e da modernização de seu conteúdo* – nesse ponto, o documento ainda reforça o combate à doutrinação, já defendida em outro enunciado, pela exclusão da “ideologia de Paulo Freire” e ainda apresenta a BNCC como uma possibilidade para essas mudanças desejadas.

Sobre as camadas de sentidos que se acumulam no signo escola, trazemos um exemplo de enunciado do Banco Mundial (2017, p. 124-125) que corrobora para a construção do argumento de que é preciso e possível fazer mais com menos recursos (ou gastos públicos):

A ineficiência do gasto em educação básica no Brasil é elevada e vêm aumentando. Uma Análise Envoltória de Dados (DEA) com dados do PISA da OCDE sobre educação no Brasil e em outros países latino-americanos demonstra que as escolas brasileiras são relativamente ineficientes no uso de recursos (DEA orientada a insumos). Ademais, a ineficiência média aumentou de cerca de 45% em 2006 para 55% em 2012. Embora os gastos por aluno tenham

aumentado, a maioria das escolas não conseguiu melhorar o desempenho, o que resultou em menor produtividade geral. A eficiência e o desempenho estão correlacionados: as escolas com os melhores resultados são, também, as mais eficientes. Os 25% de escolas com o melhor desempenho são, na média, 20% mais eficientes que as escolas no segundo quartil. Embora os fatores que causam um melhor desempenho escolar sejam, em grande parte, idiossincráticos e estejam relacionados à gestão escolar, escolas maiores, escolas urbanas e escolas privadas tendem a apresentar resultados melhores de desempenho e, também, de eficiência (Perelman et al., 2016).

Nesse excerto, temos um sentido de escola ineficiente em relação ao emprego dos recursos, uma vez que, mesmo com o aumento dos gastos públicos em educação, o desempenho dos estudantes não se mostrou melhor. Isso, segundo esse agente hegemônico global, configura uma escola pouco produtiva. Ainda para reforçar a relação que caracteriza a eficiência, ou seja, melhores resultados com menos gastos, o documento afirma que “A eficiência e o desempenho estão correlacionados: as escolas com os melhores resultados são, também, as mais eficientes” Banco Mundial (2017, p. 124-125). Desse modo, vemos que a redução de investimentos na esfera educacional poderá impulsionar um melhor desempenho dos estudantes. Uma lógica profundamente atrelada às concepções neoliberais de extração de maiores e melhores resultados com investimentos menores.

PROPOSTAS DE AGENDA PARA ESFERA EDUCACIONAL

As propostas, nos três documentos, são apresentadas da seguinte forma:

QUADRO 04 – Propostas para a esfera da Educação

Documento	Propostas
A Travessia Social	<ol style="list-style-type: none"> 1 Prioridade para o ensino fundamental e médio. 2 Foco na qualidade do aprendizado e na sala de aula. 3 Maior presença do Governo Federal no ensino básico. 4 Dar consequência aos processos e resultados das avaliações. 5 Foco na qualificação e nos incentivos aos professores do ensino básico. 6 Programa de certificação federal dos professores de 1° e 2° grau, em todo o país, para efeito de pagamento de um adicional à sua remuneração regular, custeado pela União. 7 Diversificação do ensino médio, de acordo com a vocação e o interesse dos alunos. Todo o processo educativo merece a atenção e os recursos do governo, mas a porta para a diminuição das desigualdades, o nivelamento das oportunidades e a melhoria da produtividade dos trabalhadores repousa na qualidade do ensino inicial. (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2016, p. 16).

<p>Um Ajuste Justo</p>	<p>Ensino Fundamental e Médio</p> <p>1 Permitir o aumento da razão aluno-professor nas escolas mais ineficientes para, gradualmente, chegar a níveis de eficiência por meio da não reposição dos professores que se aposentarem (BANCO MUNDIAL, 2018, p. 136).</p> <p>2 Expandir e compartilhar experiências positivas de gestão escolar que demonstraram bons resultados em vários estados e municípios do país (BANCO MUNDIAL, 2018, p. 137).</p> <p>Ensino Superior</p> <p>3 Limitar os gastos por aluno aos níveis das universidades mais eficientes geraria uma economia imediata de 0,26% do PIB (BANCO MUNDIAL, 2018, p. 137).</p> <p>4 Uma opção para aumentar os recursos das universidades federais sem sobrecarregar o orçamento seria a introdução de tarifas escolares (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 138).</p>
<p>O Caminho da Prosperidade</p>	<p>1 Conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, SEM DOUTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE. Além disso, a prioridade inicial precisa ser a educação básica e o ensino médio / técnico (TSE, 2018, p. 41).</p> <p>2 Precisamos inverter a pirâmide: o maior esforço tem que ocorrer cedo, com a educação infantil, fundamental e média. Quanto antes nossas crianças aprenderem a gostar de estudar, maior será seu sucesso (TSE, 2018, p. 45).</p> <p>3 Além de mudar o método de gestão, na Educação também precisamos revisar e modernizar o conteúdo. Isso inclui a alfabetização, expurgando a ideologia de Paulo Freire, mudando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), impedindo a aprovação automática e a própria questão de disciplina dentro das escolas (TSE, 2018, p. 46).</p> <p>4 As universidades precisam gerar avanços técnicos para o Brasil, buscando formas de elevar a produtividade, a riqueza e o bem-estar da população. Devem desenvolver novos produtos, através de parcerias e pesquisas com a iniciativa privada. Fomentar o empreendedorismo para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa (TSE, 2018, p. 46).</p> <p>5 Educação à distância: deveria ser vista como um importante instrumento e não vetada de forma dogmática. Deve ser considerada como alternativa para as áreas rurais onde as grandes distâncias dificultam ou impedem aulas presenciais (TSE, 2018, p. 46).</p>

Elaborado pelas autoras com base em: FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (2016), BANCO MUNDIAL (2017), TSE (2018).

No documento elaborado pela Fundação Ulysses Guimarães e (P)MDB, as propostas para a educação estão sintetizadas nas páginas 15 e 16, sendo as principais: Prioridade para o ensino fundamental e médio; Foco na qualidade do aprendizado e na sala de aula, dar consequência aos processos e resultados das avaliações; Foco na qualificação e nos incentivos aos professores do ensino básico; Programa de certificação federal dos professores de 1° e 2° grau, em todo o país, para efeito de pagamento de um adicional à sua remuneração regular, custeado pela União; Diversificação do ensino médio, de acordo com a vocação e o interesse dos alunos.

Segundo o documento, a prioridade do governo deve ser os anos iniciais, pois “aqui que se define o lugar que a criança vai ocupar na sociedade quando tornar-se adulta” (p. 15), justificando que são os anos iniciais “a porta para a diminuição das desigualdades, o nivelamento das oportunidades e a melhoria da produtividade dos trabalhadores repousa na qualidade do ensino inicial” (p. 16).

A proposta apresentada pelo Banco Mundial parte do pressuposto de que “os gastos públicos com ensino fundamental e médio são progressivos, e que os gastos com o ensino superior são altamente regressivos” e que isso indica “a necessidade de introduzir o pagamento de mensalidades em universidades públicas para as famílias mais ricas e de direcionar melhor o acesso ao financiamento estudantil para o ensino superior (programa FIES)” (BANCO MUNDIAL, 2017, p.121).

Ocorre que a justificativa da proposta de cobrança de mensalidade nas universidades públicas está fundada no falso argumento de que “os gastos públicos com o ensino superior beneficiam majoritariamente os estudantes das famílias mais ricas” (Ibidem. p.136), visto que, de acordo com os dados da pesquisa divulgada em 2019 pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), 70,2% do total de discentes das instituições federais têm renda mensal familiar per capita de “até 1 e meio salários mínimos” (ANDIFES, 2019, p. 212). Em 1996, quando foi realizada a primeira edição da pesquisa, eles já eram 44,3% do corpo discente. Se objeções não forem apresentadas aos resultados obtidos pela pesquisa da ANDIFES, só se poderia admitir a veracidade da tese sustentada pelo Banco Mundial caso fosse rebaixado o critério para identificar uma família como sendo rica, ou seja, esta organização precisaria definir como rico um estudante que pertencesse a uma família que recebesse renda mensal per capita de até 1 e meio salários mínimos.

Outra justificativa apresentada pelo Banco Mundial para reduzir recursos do ensino superior diz respeito ao custo aluno. O Banco Mundial entende que as universidades privadas são mais custo eficientes, pois gastam menos. Esse argumento desconsidera que, segundo estudo “Pesquisa no Brasil – Um relatório para a CAPES”, apontou que a produção científica brasileira é feita quase exclusivamente pelas instituições públicas de ensino, 99% das pesquisas desenvolvidas no país são em universidades públicas. Das 20 Universidades que mais produziram, 15 são federais e 5 estaduais. Esse dado é ignorado pelo relatório do Banco Mundial dentre os critérios de eficiência.

Essas justificativas apresentadas para reduzir investimentos no ensino superior público demonstram o interesse do Banco Mundial em garantir o acesso à universidade pública para quem pode pagar por ela, e para quem não pode, oferece o financiamento estudantil através do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Esse Fundo é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos na forma da Lei 10.260/2001. Os argumentos utilizados pelo Banco Mundial para defender a privatização do ensino superior público têm como sustentação o capital individual que gera o diploma, como está exposto no seguinte enunciado: “os retornos do ensino superior são altos no Brasil, o que justificaria deixar que os estudantes paguem pela própria educação”. Nessa perspectiva, o Banco Mundial propõe estender o financiamento estudantil para o acesso ao “ensino superior”,

estimulando o endividamento dos estudantes oriundos das classes trabalhadoras (ou de famílias de trabalhadores manuais) após a conclusão da graduação.

Sobre a educação básica, o discurso que o coloca como prioridade procura jogar a opinião pública contra as universidades públicas, ao afirmar que “os gastos públicos com o ensino fundamental e ensino médio beneficiam os pobres mais do que os ricos” (BANCO MUNDIAL, 2017, p.134). Não é uma inverdade dizer que o acesso à escola pública é muito importante e necessário para os filhos da classe trabalhadora, especialmente se se considera que as classes mais altas podem pagar pelo ensino superior em universidades privadas. Contudo, “o Banco quer abandonar o ensino superior não para transferir seus recursos para o ensino fundamental, mas pela convicção de que os países pobres estão destinados a ser pouco mais do que fonte de trabalho barata para o Ocidente” (LEHER, 1998, p. 225).

Os problemas apresentados que justificam a ineficiência dos ensinos fundamental e médio, segundo o documento, ligam-se “ao número excessivo de professores” (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 129). Já as alternativas apresentadas para melhorar a eficiência nos ensinos fundamental e médio fazem parte de uma proposta para precarizar ainda mais a carreira docente. Destacam-se aqui as seguintes: 1) “aumentar a eficiência fazendo com que os professores dediquem mais tempo a atividade em sala de aula e reduzindo o absentismo” (Ibidem, p.130); 2) “permitir o aumento da razão aluno-professor nas escolas mais ineficientes para, gradualmente, chegar a níveis de eficiência por meio da não reposição dos professores que se aposentarem” (Ibidem, p. 136).

O documento *O caminho da prosperidade*, no que se refere a propostas para a política educacional para a educação básica, propõe que o conteúdo e método de ensino precisam ser mudados, dando maior ênfase para a matemática, ciências e português e priorizando a educação básica e o ensino médio/técnico (TSE, 2018, p. 41) e a qualificação dos professores (TSE, 2018, p. 44); segundo a proposta, “precisamos inverter a pirâmide: o maior esforço tem que ocorrer cedo, com a educação infantil, fundamental e média. Quanto antes nossas crianças aprenderem a gostar de estudar, maior será seu sucesso” (TSE, 2018, p. 45); e, sobre o ensino superior, conclui: “Devem desenvolver novos produtos, através de parcerias e pesquisas com a iniciativa privada. Fomentar o empreendedorismo para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa.”

As propostas para a esfera educacional apresentadas pelos três documentos têm vários pontos de convergência entre si e também com o conjunto de ideologias neoliberais. O cotejamento desses enunciados nos permite compreender os interesses que se materializam nesses documentos cumprem funções determinadas como instrumentos utilizados por determinados agentes hegemônicos. Além de desempenharem funções como instrumentos, constituídos por materialidades discursivas. E,

ao lado da materialidade, da concretude desses documentos, há o “universo dos signos” ao qual eles pertencem. Assim, a existência deles é, além de material, uma existência capaz de distorcer a realidade, de ser-lhe fiel, de apreendê-la de um pon-

to de vista específico; é uma existência sujeita a critérios de avaliação ideológica (a atribuir valores como verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). (CARACELLI SCHERMA, 2015, p.142).

Como produtos de disputas de interesses e de atuação de diferentes forças discursivas, o estudo dos documentos nos permite compreender que as propostas de agenda por eles apresentadas para a esfera da educação brasileira não são somente propostas textualmente materializadas, mas são parte de um jogo discursivo que vai constituindo e justificando ações na própria base material da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, apresentamos compreensões sobre os aspectos ideológicos e programáticos de documentos que fazem parte do alicerce de projetos políticos para a educação brasileira, sem a pretensão de investigar, neste momento, a implementação das demandas na política educacional oficial. O objetivo foi compreender as demandas de agentes hegemônicos globais – em especial o Banco Mundial – na esfera educacional brasileira, bem como a influência dessas propostas na política brasileira no período de 2016 a 2018.

Nos três documentos aqui estudados, buscamos a caracterização da situação brasileira no que se refere a aspectos políticos, econômicos e sociais, o lugar que a educação ocupa no projeto de sociedade defendido, bem como propostas de agenda para esfera educacional. No que diz respeito à caracterização da situação brasileira, os discursos pressupõem que vivemos uma crise política, econômica e fiscal no país desde 2015, e que essa crise é decorrente do desgaste dos governos anteriores e da necessidade de mudanças no que tange aos gastos públicos. O debate sobre eficiência/ ineficiência dos gastos públicos constitui um importante pilar desses documentos. Na construção composicional dos discursos dos documentos, há tentativas de apagamento de conflitos de classe, à medida que a materialidade discursiva dos agentes envolvidos na construção dos documentos vai incorporando palavras e contrapalavras, absorvendo o discurso contrário a seus interesses como se deles fosse.

Em relação ao lugar que a educação ocupa nesses discursos, há uma construção em torno do argumento de educação como um serviço e não como um direito. Um das estratégias discursivas mais fortes é a proposição da relação entre redução de investimentos (que nos documentos aparece como *gastos*) e a melhoria de resultados, repetindo o padrão enunciativo de que é possível fazer mais e melhor com menos recursos.

A coesão argumentativa que percebemos entre os três documentos acontece na repetição de um padrão discursivo que se constrói nos sentidos. Os sentidos, por sua vez, estão encarnados nas palavras que cumprem a função de signo ideológico. A fim de análise, demonstramos como o discurso único se organiza nesses documentos através das seguintes categorias de análises: *gasto público/investimento; eficiência/ineficiência;*

No que diz respeito às propostas de agenda para esfera educacional, pela escuta do entrecruzamento das vozes desses sujeitos, através da metodologia do cotejamento, emerge um mesmo projeto de sociedade: uma sociedade pautada pelos valores neoliberais e tendo o discurso educacional a pretensão de ser monológico, ou seja, pretende ocultar as contradições de uma sociedade de classes. Há vários pontos de convergência entre as propostas apresentadas pelos três documentos, que constroem sua materialidade discursiva também em consonância com o conjunto de ideologias neoliberais.

A perspectiva assumida pelos três projetos de sociedade e seus desdobramentos em políticas educacionais destina a escola para os excluídos e fica reduzida ao ensino básico. Atualmente, a principal reforma em curso no sistema educacional brasileiro é a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se esperam que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. A maior polêmica concentra-se na Reforma do Ensino Médio, que amplia o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais; muda a estrutura curricular a fim de contemplar a BNCC, em que somente os componentes curriculares de matemática e de português são obrigatórios, focando nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional.

O Banco Mundial mobilizou esforços e investimentos para a implementação da BNCC no Brasil, e teve como parceiros os dois outros projetos aqui estudados. As propostas para o ensino médio são parte de uma estratégia para lançar os jovens para o mercado de trabalho com uma qualificação técnica, que prioriza o ensino de português e de matemática entendendo que as habilidades de ler, escrever e contar são as habilidades mínimas e máximas para que eles desenvolvam competências laborais de baixa remuneração requeridas por um mercado de trabalho que não envolve atividades de alta complexidade intelectual.

A coesão discursiva entre Banco Mundial e os dois últimos governos reforça e reverbera a política neoliberal de forma articulada e se constitui como um discurso hegemônico. A fim de conclusão, é possível compreender que um dos elementos centrais dos ajustes orçamentários que vêm sendo propostos para a esfera educacional é o corte de investimentos na educação superior pública e o redirecionamento dos gastos públicos em educação para a educação básica, sendo esta uma estratégia para conformar os países periféricos à divisão internacional do trabalho.

A materialidade discursiva dos três documentos aqui estudados reflete e refrata ideologias hegemônicas globais, veiculando as mesmas leis neoliberais que regem outras esferas de atividade humana mais ligadas à produção econômica direcionando-as também para a esfera educacional.

A repetição de padrões enunciativos como estratégia discursiva, bem como a incorporação das contrapalavras nos discursos hegemônicos trabalham para criar efeitos de neutralidade; contudo é uma neutralidade inexistente, uma vez que há nesse jogo um conjunto de intencionalidades que vão trabalhando para a criação de consensos funcionais à reprodução das ideologias capitalistas neoliberais.

REFERÊNCIAS

- ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES** – 2018. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. - 16 ed. - São Paulo: Hucitec, 2014. 203 p.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. Os Gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011, págs. 261-306.
- BANCO MUNDIAL. **Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil**. 2017. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report>
- CARACELLI SCHERMA, C. **A palavra como concretude do espírito de uma época: o nascer-já-caminhando das ideologias da competitividade e a agricultura globalizada / Camila Caracelli-Scherma**. - São Carlos: UFSCar, 2015.
- ENGUITA, Mariano Fernández. **O discurso da qualidade e a qualidade do discurso**. In: GENTILI, Pablo A. A., SILVA, Tadeu Tomaz (Orgs). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- EVANGELISTA, Olinda.; SHIROMA, Eneida Oto. **Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo**. In: CÊA, Georgia.; RUMMERT, Sonia Maria.; GONÇALVES, Leonardo. **Trabalho e Educação: interlocuções marxistas**. Rio Grande RS: Ed da FURG, 2018.
- FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **A travessia social: uma ponte para o futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2016. 20 p. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/> acesso em 27 de abril de 2020.
- GIROTTI, Eduardo Donizeti. **Entre o cinismo e a hipocrisia: o novo ciclo de reformas educacionais no Brasil**. Educar em Revista, 34 159-174, 2018.
- LEHER, Roberto. **Da Ideologia do Desenvolvimento à ideologia da globalização: A Educação como Estratégia do Banco Mundial**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1998.
- MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Estado e lutas sociais no Brasil (1989-2019). **O DELA**, UFRGS. 2019. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/odela/2019/10/24/estado-e-lutas-sociais-no-brasil-1989-2019/>.
- MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Polêmicas sobre a definição do impeachment de Dilma Rousseff como golpe de Estado. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, vol. 14, n. 2, 2020.

MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In BRAIT, Beth (org.): **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Editora Contexto, 2005. Pp. 168-176.

PAULANI, Leda. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024): por uma outra política educacional**. 5 ed. Campinas, SP: Autores associados, 2016.

TSE. **O Caminho da Prosperidade**. 2018. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>. Acesso em: 27 de abril de 2020.

VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaievich. **A construção da Enunciação e Outros ensaios**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.